COLÃ“QUIO SOBRE HISTÃ“RIA E CULTURA JUDAICA LANÃ‡A DÃšVIDAS SOBRE A LOCALIZAÃ‡Ãƒ O DA SINAGOGA

07-Mar-2009

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Promovido pela CÃ¢mara Municipal, o ColÃ³quio sobre HistÃ³ria e Cultura Judaica reuniu mais de centena e meia de pessoas (muitas vindas de fora) no AuditÃ³rio Mirita Casimiro, no passado dia 14.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo Henrique Almeida, coordenador do ColÃ³quio, o presidente da autarquia pediu celeridade no processo de musealizaÃ§Ã£o da Sinagoga. Talvez a proximidade das eleiÃ§Ãµes autÃ¡rquicas nÃ£o seja alheia a tamanha urgÃªncia. Mais avisado seria, porÃ©m, comeÃ§ar por fazer um levantamento mais aprofundado da heranÃ§a cultural judaica, patente, ainda hoje, na arquitectura (janelas altas, em estilo de frestas com um ferro ao meio ao alto, de modo a que entrasse a luz, mas impedisse conversas para a rua); na toponÃ-mia; Â na mÃºsica (nÃ£o sÃ³ nas belÃ-ssimas canÃ§Ãµes e coplas de tradiÃ§Ã£o sefardita, mas tambÃ©m no melodismo floreado das â€œAleluiasâ€•); e na nossa prÃ³pria carga genÃ©tica (um recente estudo cientÃ-fico internacional concluiu que 25% dos portugueses do Norte â€“ e 35% no Sul â€“ tÃªm genes judeus sefarditas, enquanto a ascendÃªncia norte-africana Ã© apenas de 10% e 15%, respectivamente). Desafiar os investigadores a aprofundarem os seus estudos e a debaterem as suas ideias antes de avanÃ§ar a todo o vapor com a compra da casa da antiga Papelaria Dias, onde Isabel Monteiro situou a sinagoga de Viseu, teria sido mais prudente.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A investigadora viseense Isabel Monteiro, na revista Monumentos nÂº 13 / Setembro de 2000, num artigo sobre â€œA Judiaria de Viseuâ€•, identifica a Sinagoga com aquela casa quatrocentista,Â no cruzamento da Rua Direita com a Rua da Ã•rvore, baseada em documentos dos sÃ©culos XV que referem a venda e o aluguer de casas â€œperto da Sinagogaâ€•, ou â€œna rua que vai para a Sinagogaâ€• e â€œem 1502, Ã•lvaro Rodrigues, cÃ³nego, aluga umas casas na Rua Nova, que foram Judiaria outras que foram Sinagogaâ€•, embora reconheÃ§a nÃ£o ter encontrado, na documentaÃ§Ã£o consultada, notÃ-cia dos seus proprietÃ¡rios nos sÃ©culos XVII e XVIII.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria JosÃ© Ferro Tavares, professora catedrÃ¡tica em HistÃ³ria Medieval, doutorada com a tese â€œOs Judeus em Portugal no sÃ©culo XVâ€•, tem dedicado boa parte das suas investigaÃ§Ãµes Ã histÃ³ria dos judeus em Portugal e Ã InquisiÃ§Ã£o portuguesa. Sendo, portanto, uma das maiores especialistas na matÃ©ria e tendo jÃ¡ feito o levantamento das judiarias existentes em Portugal seria de supor que as dÃºvidas que manifestou na sua comunicaÃ§Ã£o no ColÃ³quio, relativamente Ã localizaÃ§Ã£o exacta da Sinagoga, merecessem um melhor acolhimento, nomeadamente por parte da comunicaÃ§Ã£o social, que nÃ£o se lhe referiu. Para esta investigadora a Sinagoga deveria situar-se na Rua Senhora da Boa Morte, numa casa com cinco confrontaÃ§Ãµes, junto a um beco, porque, por norma, ficava no centro da Judiaria e nunca na Rua Direita, onde tradicionalmente moravam as elites, Â que jÃ¡ estaria fora da Judiaria. Maria JosÃ© Tavares duvida que a Rua Direita seja a Rua das Tendas, uma vez que hÃ¡

documentos coevos que citam as duas ruas,Â
e chamou ainda a atenÃ§Ã£o para o facto de a â€œrua que vai para a Sinagogaâ€•
nÃ£o ser o mesmo que â€œrua da Sinagogaâ€•. Discordou tambÃ©m com a identificaÃ§Ã£o da
Rua da Triparia com a Rua das Ameias (feita por Isabel Monteiro) com o
argumento de que, pela prÃ³pria natureza do comÃ©rcio de carnes (com escorrÃªncias
e odores) normalmente ficaria numa rua mais perifÃ©rica E lanÃ§ou o desafio: â€œÃ‰ necessÃ¡rio fazer prospecÃ§Ãµes
arqueolÃ³gicas nestes espaÃ§osâ€•.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Naturalmente
que polÃ©micas como esta, deveriam ser, elas prÃ³prias, um desafio para
historiadores e arqueÃ³logos e deveriam ser aproveitadas pelo poder autÃ¡rquico
para envolver os cidadÃ£os no estudo e na recuperaÃ§Ã£o da memÃ³ria colectiva da
cidade. Por isso, houve quem achasse de mau gosto a intervenÃ§Ã£o do vereador da
Cultura quando, no final do colÃ³quio, disse: â€œA festa vai continuar, mesmo que
alguns a quisessem estragar. NÃ£o nos interessa muito se ali era a Sinagoga ou
nÃ£o; isso Ã© um problema dos historiadoresâ€•.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Claro
que nos interessa saber se ali era a Sinagoga ou nÃ£o! Em qualquer dos casos, a
casa quatrocentista, talvez a mais antiga da cidade, ficarÃ¡ muito bem como
nÃºcleo museolÃ³gico dedicado Ã memÃ³ria judaica.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para alÃ©m da polÃ©mica, surpreendeu a
comunicaÃ§Ã£o de Teresa Cordeiro, Mestre em HistÃ³ria Ibero-Americana, com o
trabalho â€œAdonai nos CÃ¡rceres da inquisiÃ§Ã£o ou Gente da NaÃ§Ã£o na Cidade de
Viseuâ€•, professora na Escola SecundÃ¡ria EmÃ-dio Navarro, pela fluidez coloquial
da linguagem, ao abordar o contributo que os cristÃ£os-novos deram Ã
prosperidade de Viseu quinhentista e Ã decadÃªncia que a cidade sofreu no final
do sÃ©culo XVI, quando os marranos se viram obrigados a fugir para escapar Ã
perseguiÃ§Ã£o, ao escÃ¡rnio pÃºblico, Ã expropriaÃ§Ã£o de bens, Ã sÂ torturas e as fogueiras do Santo Oficio. Os
exemplos que apontou de casos de denÃºncias de vizinhos e familiares, incluindo
pais e filhos, Ãºnica forma de obter o perdÃ£o e a reconciliaÃ§Ã£o, ilustraram de
forma expressiva a â€œrealidade recalcadaâ€• da InquisiÃ§Ã£o, de que falava Eduardo
LourenÃ§oÂ ao chamar-nos a atenÃ§Ã£o para o
facto de, Ã semelhanÃ§a do que aconteceu com a escravatura â€“ â€œsalvas contadas
excepÃ§Ãµes - sÃ³ ter perturbado as almas delicadas quando acabouâ€•, ficando por
â€œexorcizar o perfume de morte que dois sÃ©culos depois, para olfactos sensÃ-veis,
ainda flutua na doce paisagem portuguesaâ€•.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sintomaticamente,
um ilustre representante do clero viseenses, presente no colÃ³quio, perguntou
qual a percentagem de condenados, numa tentativa de relativizar o terror inquisitorial.
Mas a resposta jÃ¡ tinha sido dada por Cecil Roth na sua â€œHistÃ³ria dos Marranosâ€•:
â€œNa InquisiÃ§Ã£o Portuguesa, o nÃºmero de condenaÃ§Ãµes chegou bem acima dos trÃªs
quartos do total dos casos julgadosâ€•.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo
Cecil Roth foi â€œum suborno magnificente da SÃ© arquiepiscopal de Viseu que
venceu a oposiÃ§Ã£o do papaâ€• Ã existÃªncia de â€œuma InquisiÃ§Ã£o livre e sem
obstÃ¡culos em Portugalâ€•, que acabaria por culminar, em 1579, no poder de
confiscar bens dos judeus, uma das armas mais letais do Santo Oficio, um
convite perpÃ©tuo Ã perseguiÃ§Ã£o contra os cristÃ£os-novos.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como
Ã© que um povo que passou pela diÃ¡spora, pela InquisiÃ§Ã£o, pelos guetos e pelo
holocausto nazi pode reproduzir nos dias de hoje, os mesmos abusos (ainda que
em escalas diferentes) sobre o povo da Palestina, foi a questÃ£o (sociolÃ³gica) que
Esther Mucznik, vice-presidente da comunidade israelita em Portugal, se furtou
a responder no ColÃ³quio, a pretexto de nÃ£o falar de polÃ-tica (como se tivesse

falado de outra coisa ao referir-se Ã criaÃ§Ã£o do Estado de Israel e ao defender o sionismo) e apesar da sua qualidade de sociÃ³loga. O Holocausto, antes de ser HistÃ³ria, foi PolÃ-tica. Se o tempo do historiador Ã© diferente do tempo do sociÃ³logo, como diz F. Braudel, sÃ³ a unidade das ciÃªncias sociais, por ele preconizada, pode levar ao avanÃ§o da investigaÃ§Ã£o e impedir o â€œrecalcamento na histÃ³riaâ€• de que tambÃ©m Â fala Jacques Le Goff, ao comparar o papel actual das massas com o que tinha na Idade MÃ©dia: â€œum povo assustado que assiste Ã s fogueirasâ€• e que sÃ³ se movimenta Â perigosamente atrÃ¡s das heresias. NÃ£o se pode reflectir sobre as â€œheresiasâ€• no Carnaval de Torres Vedras ou do livro apreendido pela PSP em Braga (como jÃ¡ tinha acontecido, em 2004, com outro livro numa livraria Â de Viseu) sem Â se pensar nas consequÃªncias do medo e da delaÃ§Ã£o promovida pela InquisiÃ§Ã£o (abolida no sÃ©culo XIX !),Â e do mais recente meio sÃ©culo de bufaria e repressÃ£ pidesca, na sociedade portuguesa.Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Carlos Vieira e Castro